
JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: A BAGACEIRA E A POLÍTICA

Rosilene Dias Montenegro¹

RESUMO: Este artigo apresenta breve análise sobre o político e escritor José Américo de Almeida, precursor do *Romance de 30* e um dos mais importantes personagens da história política brasileira de 1930 a 1950. O objetivo é conhecer algumas das práticas das elites políticas na primeira metade do século XX e, particularmente, a participação de José Américo no contexto da época. Para esse fim, foram utilizados artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, biografias, artigos de jornais e o romance *A Bagaceira*. Este trabalho é um resultado da disciplina Estudos de História do Nordeste e busca contribuir para o conhecimento da cultura política no Nordeste. Os resultados parciais apontam para a compreensão de que as elites políticas brasileiras têm invariavelmente reproduzido práticas fundadas numa *mentalidade* ou num imaginário social e de dominação política apegada à exclusão social, à reprodução das desigualdades sociais.

Palavras-Chave: José Américo de Almeida. Romance de 30. A Bagaceira. Cultura política. História do Nordeste.

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: LA BAGACEIRA Y LA POLÍTICA

RESUMEN: Este artículo presenta un breve análisis del político y escritor José Américo de Almeida, precursor de *Romance de 30* y uno de los personajes más importantes de la historia política brasileña de 1930 a 1950. El objetivo es comprender algunas de las prácticas de las elites políticas en la primera mitad del siglo XX y, particularmente, la participación de José Américo en el contexto de la época. Para ello se utilizaron artículos científicos, disertaciones de maestría y tesis doctorales, biografías, artículos periodísticos y la novela *A Bagaceira*. Este trabajo es resultado de la disciplina Estudios de Historia del Nordeste y busca contribuir al conocimiento de la cultura política en el Nordeste. Los resultados parciales apuntan a la comprensión de que las elites políticas brasileñas han reproducido invariablemente prácticas basadas en una mentalidad o imaginario social y una dominación política vinculada a la exclusión social, la reproducción de las desigualdades sociales.

Palabras clave: José Américo de Almeida. Romance de los 30. A Bagaceira. Cultura política. Historia del Noreste.

¹ Doutora em História (UNICAMP). Professora da Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: THE BAGACEIRA AND POLITICS

ABSTRACT: This article presents a brief analysis of the politician and writer José Américo de Almeida, precursor of Romance de 30 and one of the most important characters in Brazilian political history from 1930 to 1950. The objective is to understand some of the practices of political elites in the first half of the century XX and, particularly, the participation of José Américo in the context of the time. For this purpose, scientific articles, master's dissertations and doctoral theses, biographies, newspaper articles and the novel *A Bagaceira* were used. This work is a result of the Northeast History Studies discipline and seeks to contribute to the knowledge of political culture in the Northeast. The partial results point to the understanding that Brazilian political elites have invariably reproduced practices based on a mentality or social imaginary and political domination linked to social exclusion, the reproduction of social inequalities.

Keywords: José Américo de Almeida. Romance from 30. *A Bagaceira*. Political culture. History of the Northeast.

1 INTRODUÇÃO

José Américo de Almeida, foi um homem público de larga atuação na política partidária local e nacional, tendo sido um dos mais fortes candidatos com chance de vencer Getúlio Vargas na eleição presidencial, então prometidas para o ano de 1938, a qual não se realizou devido ao golpe de Estado de 1937 que instituiu o Estado Novo (1937-1945).

José Américo, como era chamado, era filho de duas famílias tradicionais da Paraíba. Seu ingresso efetivo na política paraibana ocorreu nos anos 1920, e ganhou dimensão estadual com a nomeação para o cargo de Secretário-Geral do Estado, assumido a convite do presidente do estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, em 1928. O que aconteceu alguns meses antes de lançar o romance *A Bagaceira* que o faria conhecido no cenário intelectual nacional.

Conhecido pelo seu talento de ficcionista, foi também uma liderança política como principal Secretário de Estado no governo de João Pessoa, cujas reformas administrativas com impacto na taxaço e coleta de impostos lhe renderam inimizades e

forte oposição políticas. Seu assassinato por motivos passionais, em julho de 1930, foi transformado em fato político que desencadeou na chamada Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Nessa conjuntura, José Américo se destaca pela sua liderança política no estado da Paraíba, e se amplia com sua liderança na articulação em apoio a Getúlio Vargas no movimento, então, chamado de “Revolução de 1930”.

José Américo se projeta nacionalmente, e atrai para seu entorno lideranças políticas locais, regionais e nacionais, se tornando ao lado de Getúlio Vargas, um dos políticos mais respeitados, admirados e influente do país. No entanto, a importância política de José Américo de Almeida carece ainda de maiores estudos. É provável que o apoio que empenhou ao golpe civil-militar de 1964, tenha contribuído para uma certa invisibilidade na história do Brasil, e sua atuação política restringida ao estado da Paraíba.

2 ELITE POLÍTICA E HOMENS DE LETRAS

Por elite política entendemos o grupo de indivíduos de classe ou segmento econômica, social, intelectual ou politicamente destacados por suas habilidades e competências. A visão que prevalece no senso comum entende por elite grupos dominantes que teriam nascido ou naturalmente herdado capacidades e competências que os distinguem e lhes dão superioridade em relação aos demais membros de sua classe e relação aos demais indivíduos da sociedade². O questionamento dessa visão e conceito de elite que naturalizam as chamadas “propriedades distintivas” de membros das classes dominantes ou dela representantes é feito por Pierre Bourdieu que refuta o conceito essencialista de Mosca e Pareto, problematizando-o a partir das relações sociais e de poder que são relacionais. Não existe, portanto, grupos sociais superiores por recursos intelectuais, políticos etc. de nascença, da natureza da classe dominante, mas indivíduos que são formados nas experiências de sua família, classe, *habitus*, e que a partir de vários elementos objetivos e subjetivos se constroem enquanto elite. Corroborando com o conceito de “elite” de Bourdieu, José Marciano Monteiro argumenta,

² A teoria sobre elite que naturaliza as habilidades, competência, ou “as propriedades sociais distintivas dos grupos dominantes, como se fossem recursos inerentes à superioridade inata de seus membros”, foi desenvolvida pelo jurista, cientista político e historiador Gaetano Mosca (1896) e, corroborada pela sociologia do cientista político, sociólogo e economista Vilfredo Pareto.

Se os teóricos clássicos da teoria das elites atentassem que o real é relacional teriam também se dado conta de que os atributos investigados como propriedades individuais são, na realidade, a expressão das propriedades derivadas das posições objetivas ocupadas pelos agentes no espaço social. (MONTEIRO, 2016, p. 27).

Logo, adotamos o conceito de elite segundo Bourdieu (1996), entendendo “elite política”, como o grupo formado para a construção e reprodução do poder e permanência da classe dominante. Na história do Brasil e da Paraíba, José Américo de Almeida foi um membro das elites, da elite política, da classe dominante, por origem econômica e social de seu nascimento e pelos processos que o formaram sujeito de destaque na cultura e na política.

José Américo de Almeida nasceu em 10 de janeiro de 1887, no engenho Olho d’Água, na zona do brejo paraibano, microrregião de terra fértil e clima úmido, propícia à plantação da cana-de-açúcar. Seus pais, Inácio Augusto de Almeida, senhor de engenho e pecuarista, e Josefa Leopoldina Leal, descendiam de famílias proprietárias de terras com atividades na agricultura e pecuária, e exerciam influência política na região do brejo e também do litoral paraibano. Seus tios, padre Odilon Benvindo de Almeida, pelo lado paterno; e, padre Valfredo Soares dos Santos Leal, pelo lado materno, eram políticos de influência na região do brejo e litoral.

Era, portanto, descendente e herdeiro de duas famílias de tradição, que estavam na elite política da Paraíba desde os anos 1840, e que tiveram o cruzamento de dois troncos genealógicos em fins do século XIX com a família Almeida, e a família Carneiro. Essas famílias eram também famílias políticas com influência política nessa região do brejo e litoral da Paraíba, segunda Monteiro (2016). Herdeiro dessas famílias políticas e de seu capital político e simbólico, José Américo desponta cedo para a política, nela marcando sua passagem.

O entendimento de *família política* para esta análise é fundamental à compreensão da constituição de José Américo de Almeida na figura pública, liderança política nacional. O conceito *família política* compreende a formação de um “padrão de dominação, por meio de redes de parentesco” e, também, a *família política*,

[...] como sendo aquelas famílias que herdaram ou constituem capital político-familiar que permite a inserção de vários parentes e/ou agentes

que se encontram no âmbito da parentela no aparelho de Estado, tanto nos cargos de comando dos principais órgãos do Estado, como nos cargos eletivos e de representação (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, governador e senador) na república brasileira. (MONTEIRO, 2016, p. 18).

José Américo de Almeida foi o quinto dos onze filhos do casal Inácio Augusto e Josefa Leopoldina. Ele tinha 12 anos de idade quando seu pai faleceu, e ele foi enviado para os cuidados de seu tio paterno, padre Odilon Benvindo de Almeida, que ficou responsável por sua educação.

As regras sociais e familiares, numa sociedade marcada ainda mais fortemente pelo patriarcalismo, eram rígidas e quando o patriarca tomava uma decisão dessa natureza, dificilmente se voltava atrás, independentemente da vocação ou da opinião do filho escolhido. Dona Josefa, mãe de José Américo, entendeu, após a morte de seu marido e as consequências financeiras para a família, que era importante ter mais um clérigo na família.

Após ficar órfão de pai, José Américo, foi levado para o seminário pelo seu tio, padre Odilon Benvindo Almeida, para fazer desse sobrinho mais um clérigo na família. Em entrevista concedida, em 1976, a Aspásia Camargo³, encontramos mais detalhadamente esses tempos de sua educação no seminário, bem como memórias sobre sua determinação em deixar o seminário, o que efetivamente só consegue após quase três anos, seguindo então para o Liceu Paraibano e de lá para a Faculdade de Direito do Recife. Desse investimento na formação do *capital cultural*, de um herdeiro da elite que já possuía, portanto, o capital social, constituído pela rede das relações sociais de parentesco e, especialmente, com outras famílias de tradição, e famílias políticas.

2.1 A ELITE LETRADA

Na história da sociedade brasileira temos ocorrências de intelectuais, políticos, pensadores, cientistas das várias áreas de conhecimento que tiveram origem de famílias empobrecidas. No entanto essas histórias pessoais foram e continuam sendo exceções.

³ A entrevista foi publicada, em 1984, EM livro intitulado *O Nordeste e a política – Diálogo com José Américo de Almeida*. José Américo relatou com detalhes os tempos de estudo no seminário, a solidão e angústia desses tempos e as estratégias que encontrou para tentar convencer sua mãe e irmão mais velho (que assumiu o lugar do pai, na ausência do patriarca). Conf. pp. 68-74.

Pois, sendo a formação da elite uma consequência da junção de fatores que incluem condições materiais e oportunidades de ascensão, o conhecimento, adquirido pela experiência ou pela educação compõe dimensão imprescindível a constituição do indivíduo membro da elite.

Em 1840, a população analfabeta no Brasil constituía 92%; em 1872, era 82,3%, mantendo-se praticamente o mesmo percentual em 1890, que foi 82,6%; começando a se reduzir, de forma bastante lenta, a partir de 1920, quando o percentual caiu para 71,2%, uma quantidade ainda imensa de pessoas analfabetas⁴. Indicativo de que não consideraram o problema do analfabetismo como um problema da nação. Muito provavelmente porque a grande maioria da população era constituída de pessoas de cor negra e mestiças, sendo o contingente de pessoas escravizadas no Brasil de 48,7%, em 1798; e 15,2%, em 1872, e a população mestiça em 55% do total populacional segundo Lilia Schwarcz (1993), ou seja, 70,2% da população não era branca. Com certeza, uma herança que tem sido impeditiva ao avanço econômico, social, político e cultural da sociedade brasileira ainda aprisionada pelo racismo estrutural e visões de mundo que levam à exclusão social.

É possível afirmar que educação escolar, com algumas exceções, se restringia aos filhos das famílias tradicionais. Os herdeiros foram e são os que têm ocupado os principais espaços de poder na burocracia, nos governos e nos espaços de poder e de representação política do Estado e da sociedade, ainda nos dias atuais.

Lilia Schwarcz trata do tema relacionada a formação das elites, homens letrados, cientistas e a questão racial, no debate e formulação de projetos de nação no Brasil de 1870 a 1930 em seu estudo *O espetáculo das raças no Brasil*. Livro em que mostra a atuação dos homens de *letras* e de ciência para a construção das instituições no Brasil e das ideias de nação e nacionalidade brasileira.

Com algumas exceções, os herdeiros, aqui entendido como os filhos de famílias tradicionais, locais e regionais, cujo poder advinha das posses de terras, algumas dessas famílias há séculos na política, da Colônia ao Império, a exemplo do abolicionista Joaquim Nabuco, e do republicano Rui Barbosa. A formação dos herdeiros faz parte, portanto, da reprodução dos privilégios e poder de classe,

⁴ Existe uma quantidade significativa de pesquisas e estudos acadêmicos sobre o tema analfabetismo e escolaridade no Brasil. Para essa informação escolhemos os estudos de Pablo Bráulio e, também, Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro.

A formação da elite política do Estado da Paraíba – herdeiros dos “coronéis”, guardando as devidas e as raras exceções, foi, em sua maioria, no “Liceu Paraibano” e na “Faculdade de Direito do Recife”. Como todas as instituições de formação, estas funcionavam como *locus* de construção de percepções e de inculcação de valores para os agentes que nela eram formados. Objetivamente, essas instituições tornavam-se, à época, para as famílias políticas, estratégicas na formação de quadros para os cargos públicos e representativos do Estado. Unia-se, assim, o interesse político ao interesse “científico”. (MONTEIRO, 2016, pp. 61-62).

As elites sabiam da importância da formação de seus filhos em médicos, advogados, padres, principalmente. Desse investimento poderia depender sua permanência nas classes dominantes, na elite política. A esse respeito, José Américo conta que seu pai fazia questão que todos os filhos estudassem. Ele próprio os levava para a cidade e os deixava aos cuidados do irmão padre, quando passados os primeiros anos escolares de letramento. Ressaltando que a família de José Américo era de ambos os lados, paterno e materno, influente na política da região.

Tendo, pois, obtido a autorização para deixar o seminário, José Américo se apressou para os realizar os exames de seleção para o ingresso no Liceu Paraibano. Esta escola cumpriu, desde sua fundação em 1836, o papel de formação escolar dos filhos das famílias tradicionais da Paraíba. E, também, os preparava para prosseguirem para os estudos em nível superior em Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Concluído o ensino médio no Liceu Paraibano, José Américo seguiu para a formação de ensino superior, tendo ingressado na Faculdade de Direito de Recife, em 1904, aos 17 anos de idade.

2.2 A ESCOLA DO RECIFE

A Faculdade de Direito do Recife foi uma das instituições criadas por Dom Pedro I após a Independência, como uma das ações político-administrativas voltadas para a formação da elite dirigente para os altos cargos da burocracia estatal, bem como para a formação da memória e do sentimento de pertencimento imprescindíveis à construção de um povo e de uma Nação. Nessa perspectiva, em 1827, foram criadas a Faculdade de Direito do Recife, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo.

Instalada inicialmente no Seminário São Bento, em Olinda, a Faculdade de Direito foi transferida, em 1854, para um casarão velho, na rua do Hospício, em Recife, onde funcionou até o ano de 1917, quando foi transferida, dessa vez definitivamente para o prédio novo, condizente com sua importância. Em 1854, o curso de Direito passou por uma reforma curricular que separou as ciências jurídicas das ciências sociais (administração, economia política, higiene pública e história dos tratados). Essa mudança curricular favoreceu a ênfase dos estudos de teoria e ao desenvolvimento de concepções marcadas pelo racionalismo científico e, por conseguinte, do combate às influências metafísicas, do clericalismo conservador e superstições (de influência clerical) que ainda pesavam na formação oferecida naquela Faculdade.

O debate teórico fundamentou as visões liberais no debate político sobre a questão da escravidão e suas consequências para o futuro do Brasil, fosse pelos impactos econômicos, fosse pelos impactos sociais relacionados ao atraso político do país no concerto das Nações. Os herdeiros das elites dominantes do país ou delas representantes, questionavam a Independência que de fato mantinha o estatuto de país colonial e, em oposição a essas ligações políticas reivindicavam a ruptura com as amarras do colonialismo e com o atraso do país, de dimensões continentais. Alimentava-se entre segmentos das elites políticas, uma minoria, mas que possuía destaque intelectual, um imaginário de que um país com dimensões continentais e de riquezas naturais estaria destinado a uma civilização, em futuro próximo e próspero.

Nesse sentido, romper com o atraso colonial era algo necessário assim como a abolição da escravidão, e a construção de uma nova mentalidade que rompesse com a herança escravagista. Essas visões se fizeram presentes nos debates na Faculdade de Direito do Recife, e influenciaram seus alunos e egressos. É nesse ambiente de debate crítico que os anos 1870 marcam essa instituição no debate nacional como a “Escola de Recife”, em menção à formação teórica e, sobretudo, a visão crítica, questionadora dos limites da independência, das amarras coloniais e da permanência da escravidão. Foi nesse ambiente que se deu ensejo aos bacharéis, poetas, escritores, jornalistas, juristas, bacharéis intelectuais-políticos, abolicionistas e republicanos, referenciados na razão científica, no evolucionismo darwinistas e no positivismo.

A chamada “geração de 1870”, da Escola do Recife, marcou presença na história do país pelo protagonismo e militância em favor da abolição e da transformação do povo

em uma sociedade e em uma nação. A vanguarda da “Escola do Recife”, se destacaram: os sergipanos Tobias Barreto (1839-1889), e Silvio Romero (1851-1914); os pernambucanos Aníbal Falcão (1859-1891), e Artur Orlando (1858-1916); os cearenses Franklin Távora (1842-1888), Araripe Jr. (1848-1911), e Clóvis Beviláqua (1859-1944). A Escola de Recife e a “geração de 1870” deixou seu legado e influência na formação política e/ou intelectual do maranhense Graça Aranha (1868-1931), do piauiense Higino Cunha (1899-1932), e do pernambucano Martins Júnior (1860-1904), conhecido como grande orador e grande ativista político, dele se diz que “ninguém fanatizou Pernambuco e todo o Norte como Martin Júnior”.

A Escola do Recife, sem dúvida, teria papel de destaque na constituição de interpretações sobre o Brasil que ampararam a visão de mundo das elites dirigentes e deram suporte teórico aos projetos de construção de uma “nação civilizada” nos trópicos desenvolvidos entre o final do século XIX e início do século XX. (RAGO; VIEIRA, s/d).

A efervescência política que a Faculdade de Direito de Recife viveu em 1870 não mais existia quando José Américo lá ingressou, em 1904. Segundo José Américo, as ideias de Tobias Barreto “não eram dominantes como em anos anteriores; já havia esvanecido um pouco (...) não exercia mais uma grande influência” (CAMARGO, 1984, p. 78). Mas a elite política acompanhava o debate sobre a construção do país, na construção da República, afinal os espaços continuavam em disputa⁵.

O debate nacional, então, estava centrado nas questões que do atraso econômico, político e social do país frente aos países desenvolvidos. E *As deias fora do lugar*, texto clássico de Roberto Schwarz (1977) analisa as contradições do discurso liberal das elites políticas e as práticas políticas e econômicas de suas classes dirigentes na construção da República brasileira. Schwarz mostra as contradições de uma elite política que tomava como fundamento econômico o liberalismo e, no entanto, buscava no Estado a socorro para resolver os seus problemas em detrimento das questões de dimensão coletiva, das melhorias das condições de vida das classes trabalhadoras. Alfredo Bosi, em *Dialética da colonização* (1992) apresenta detidamente os discursos de conservadores e liberais e nos leva a conclusão de que a visão das elites políticas brasileiras sobre a questão social e

⁵ Os primeiros presidentes do Brasil República, de 1889 a 1910, excetuando-se Nilo Peçanha (que casou-se com mulher de família aristocrática), advieram todos de famílias de tradição, alguns deles de família vinda para explorar as terras brasil desde as primeiras décadas da exploração colonial.

situação econômica das classes trabalhadoras no Brasil, na transição da Monarquia para a República, alcançavam até onde não confrontavam com seus interesses. Esse é o ambiente político e visão predominante das elites políticas, numa estrutura de poder calcada nos interesses das oligarquias, e suas práticas de mandonismo, coronelismo, clientelismo⁶.

3 A BAGACEIRA

O romance *A Bagaceira*, foi publicado em 1928, e recepcionado com elogios dos críticos literários. Essa obra seria precursora de um gênero literário no romance moderno⁷, o romance regionalista. *A Bagaceira* reúne o drama de homens e mulheres, flagelados e retirantes da seca, eram pequenos proprietários agrícolas, agricultores pobres, pretos, mestiços, subalternos, pequenos e impotentes diante do fenômeno natural e da estrutura econômica que deixava à própria sorte essa população da região semiárido da Paraíba. O romance retrata as tensões entre o velho e o novo, o tradicional e o moderno, de uma região empobrecida e de predomínio agrícola.

Aos seus 41 anos de idade, portanto, um homem maduro, “(...) fino conhecedor da realidade social nordestina, consultor prestigiado, próspero advogado – e reconhecido ficcionista” (CAMARGO, 1984, p. 30), José Américo publica *A Bagaceira*. Sua paixão pela literatura iniciara-se na adolescência interessara-se pelas letras, pela literatura, passando por experiências comuns a outros intelectuais, advogados, políticos e filhos de famílias de tradição: publicação ou organização de jornais estudantis, escrita de poesias etc. Sua estreia como escritor foi o livro como temática social, *Poetas da Abolição* (1921), essa temática está presente no ensaio *Reflexões de uma cabra* (1922), e no ensaio *Paraíba e seus problemas* (1923) feito sob encomenda do então presidente de Estado, o governador Sólon de Lucena. O cargo de Consultor Jurídico lhe permitia, além do exercício da advocacia, a dedicação aos estudos de economia, sociologia, geografia humana e, principalmente, literatura. Período em que se aproximou de poetas, escritores

⁶ Conf. *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal.

⁷ Segundo, Maria Helena Santos Gomes, o romance moderno “desconstrói a visão estrutural clássica de composição da narrativa de início, meio e fim ao utilizar, em sua narrativa, o chamado “Fluxo de Consciência.” O “fluxo de consciência” diz respeito ao fluxo narrativo da trama, que quebra a visão de continuidade e compasso entre passado, presente e futuro. Ao desconstruir noção de tempo contínuo, o romance moderno quebra a ordem cronológica, característica do romance do gênero romantismo.

paraibanos e tem como interlocutores Carlos Dias Fernandes, Ademar Vidal, Alcides Bezerra e João Lourenço (PANTOJA, s/d).

A Bagaceira é, de fato, um marco na vida do homem público José Américo de Almeida. Antes desse livro ele era um intelectual, servidor público e advogado talentoso. A recepção calorosa da crítica literária, focarem em José Américo os holofotes da admiração nacional e local. Para os estudiosos da literatura no Brasil, no entanto, a dimensão que tomou o romance nos círculos literários, na época, pode ser entendida mais pela dimensão de denúncia social, de José Américo, como homem público paraibano, da periferia do país, do que propriamente a dimensão estética.

Os personagens de *A Bagaceira*, “não são convertidos em retirantes (...) reduzidos a uma barbárie que os desumaniza” e “os descaracteriza tornando-os iguais”, como nos romances naturalistas, como no romance *A Fome*⁸ (BUENO, 2015, p. 87). Ao contrário, o escritor José Américo, encontrou o caminho de contar o drama dos retirantes e flagelados da seca. Ele “(...) não se fixa na trajetória de retirantes, mas sim numa fazenda que não é destruída pela seca, localizada numa região úmida” (BUENO, 2015, p. 89), dá destaque aos seus personagens dos extratos sociais, diferenciando-os uns dos outros, “o que se concretiza no livro pela rivalidade entre os sertanejos e os brejeiros”, pela rivalidade de Lúcio e Dagoberto, filho e pai, pelo amor de Soledade (retirante), e a relação dessa rivalidade com a representação entre o velho e o novo na visão de produção agrícola, economia, relações de trabalho.

Segundo Luís Bueno, as críticas mais atuais, destacam que o autor de *A Bagaceira*, foi “*um desbravador do caminho, cujo domínio deixaria para outros*” (BUENO, 2015, p. 85), marcando sua importância na história da literatura e do romance de 30. Os escritores Jorge Amado, e José Lins do Rêgo, afirmaram que *A Bagaceira* foi muito importante para seus escritos literários. Tantos os elogios quanto as críticas para *A Bagaceira* reforçam a importância desse romance para o tempo em que foi escrito e sobre os tempos que representou por meio do drama e das personagens.

O ano de 1928, foi muito importante para a trajetória política de José Américo. Foi o ano em que entrou para a política decididamente. Não que antes estivesse fora da política, mas porque aceitou o cargo de Secretário-Geral de Estado com a condição de criar a Secretaria do Interior e ter liberdade para a gestão administrativa de sua pasta e,

⁸ A fome. Romance do escritor e político cearense Rodolfo Teófilo (1890).

desse modo, entrar para história como homem de ação e política, com realizações históricas para seu estado.

O governo de João Pessoa realizou reformas administrativas com impacto na taxaço e coleta de impostos, que lhe renderam inimizades e forte oposiço política. Em inícios dos anos trinta, os conflitos entre o mais importante líder do sertão da Paraíba, tomam o caminho do conflito armado. Tensão que se aprofunda com a participação de João Pessoa como vice de Getúlio Vargas, na chapa candidata à presidência do Brasil, em oposiço a chapa da situação. Vargas e João Pessoa perdem a eleição, muitos de seus apoiadores eleitos deputados federais e senadores sofreram a “degola”, aumentando ainda mais o tensionamento político no interior das elites políticas. O estado da Paraíba entra em conflito armado coincidindo com a tensão nacional gerada pelo resultado da eleição presidencial.

É possível imaginar, pelas cenas descritas em *A Bagaceira*, a terra esturricada pelo sol inclemente, as carcaças de animais mortos de sede, a fome e o flagelo dos retirantes, descritas pelo narrador. Certamente, lembranças vivas na memória de José Américo dos cenários que ele viu quando morou naquela no sertão semiárido da Paraíba. Lembranças que ficaram sendo maturadas em suas reflexões para uma escrita ficcional futura, quem sabe.

Em *A Bagaceira* é possível perceber visão sobre os problemas sociais, que na realidade não ficcional, indicavam para mudanças econômicas, sociais, de relações de trabalho e das mentalidades das elites dirigentes, elites políticas, famílias políticas e, também, dos trabalhadores, no caso os do campo. A visão era reformista, mas de mudança.

3.1 UMA CONVICÇÃO: REFORMAR A VELHA POLÍTICA

Passados quase um século do ingresso de José Américo de Almeida na política como o Secretário-Geral do estado da Paraíba, depois Secretário do Interior, e homem de confiança do presidente da Paraíba, João Pessoa, ainda se debate sobre o que seria a “velha” e a “nova” política. Em termos conceituais, e não da opinião pessoal dessa ou aquela pessoa, “velho” na política é tudo que resulte em conservação ou aumento das desigualdades sociais e favorece classes e segmentos mais privilegiados da estrutura ou

máquina do Estado e das classes dominantes e elites dirigentes. “Velha” política significa, portanto, conservação dos interesses daqueles que já têm e exclusão daqueles que nada ou pouco têm. Não é, contudo, o nome usado que faz “velho” ou “novo”, mas a visão de mundo e, por conseguinte, o projeto de governo, seja ele do país, do estado ou do município.

A visão do novo está presente no personagem Lúcio, de *A Bagaceira*. Não se trata de um romance autobiográfico, mas contém ideais e ideais de seu criador, José Américo:

Lúcio representa mesmo uma nova figura de futuro senhor de engenho. Homem moderno, tornar-se bacharel não representou para ele apenas um tempo de vida boa numa cidade grande, espécie de grandes férias antes de assumir o comando no lugar do pai, dando continuidade ao que ele fizera. (...). Para Lúcio, a experiência num ambiente urbano mais desenvolvido fez dele uma criatura na qual se opera um início de divisão, frutos das diferenças mais marcadas que passam a existir entre campo e cidade. (BUENO, 2015, pp. 91-92).

Os anos de imersão de José Américo nos estudos autodidatas, enquanto exercia o cargo de Procurador Geral do Estado e, depois, Consultor Jurídico do Estado, e refletia sobre as experiências da advocacia, os problemas humanos, as questões sociais, as injustiças, concorreram para o amadurecimento do herdeiro das famílias Almeida e Leal.

Desenvolvera-se nele uma visão de mundo que concebia a democracia como o instrumento e força para realizar as mudanças necessárias para a superação do atraso no país, e especialmente no seu mundo particular: a Paraíba. É possível fazer essa interpretação como representação de Lúcio. O personagem que sendo o herdeiro do coronel Dagoberto, o senhor de engenho, trazia para aquele mundo do engenho, do coronel, dos trabalhadores do engenho, daquele lugar da zona rural as ideias de modernização.

Modernizar as formas de produção: técnica, tecnologia, conhecimento científico, relações de trabalho formalmente capitalistas, direito e melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores. Trazer educação para dar cidadania, superar ignorâncias e superstições. E, principalmente, trazer mudanças que pudessem convencer senhores e trabalhadores acostumados nas velhas práticas, que uma nova mentalidade, começando pela produção e passando pelas relações de trabalho, poderia romper com o ciclo vicioso de atraso, miséria, atraso. O personagem Dagoberto, o “velho”, o pai de Lúcio, representa,

portanto, o contrário de Lúcio, o “novo”: a velha forma de produção, a conservação de relações e condições de trabalho atrasadas e não admissíveis a um mundo que se civilizava, a resistência à mudança, a reprodução do atraso, a velha política.

O conflito entre o velho e o novo, o atraso e o moderno, Dagoberto e Lúcio, poderia ser resolvido com o convencimento do velho de que a mudança estava acontecendo não para por fim ao poder dos senhores de engenho, mas para permitir sua renovação e sobrevivência em uma nova estrutura de poder, com ampliação da democracia, dos direitos e uma nova mentalidade social. No romance, o personagem Lúcio chega ao fim desiludido das crenças na modernização e melancólico entender que não havia solução. No entanto, este não é o caminho escolhido por José Américo.

Sua atuação como Secretário do Interior, no enfrentamento da Revolta de Princesa⁹, levou-o à liderança no governo estadual que debelou após o fim da Revolta de Princesa e o assassinato de João Pessoa, quando alia ao movimento chamado Revolução de 1930, tornando-se o articulador e líder da Aliança Liberal e da “Revolução” no Nordeste. Afirmada sua competência administrativa, sua habilidade e liderança política, passa a ser uma das maiores lideranças do país.

Naquele momento, derrotar as velhas oligarquias era o que havia de novo. Fraturar a estrutura de poder instituída desde o Império colocava-se como condição à oxigenação das elites política. O que se reclamava era da falta de transparências nas eleições, a falta de igualdade de oportunidades nas disputas pelos espaços de representação política, o que se queria e o porquê se lutava era democracia.

Getúlio Vargas toma o poder em outubro de 1930.

José Américo assume o cargo de Ministro de Viação e Obras, do governo “revolucionário”, de 1930 a 1934. O capital político que amealhou com a Revolta de Princesa e a Revolução de 1930, articulando chefes políticos locais e regionais, somada à competência administrativa e conhecimento das questões econômicas e climáticas no Nordeste, faz dele um dos mais destacados ministros do governo Vargas. Em 1935, José Américo abandona a política, mantendo-se, contudo, em cargo que lhe permite acompanhar a movimentação política.

⁹ A Revolta de Princesa, foi o movimento de conflito armado ocorrido na Paraíba, de 28 de fevereiro a 11 de agosto de 1930 que foi motivado por interesses econômicos afetados pela lei de impostos estaduais criado pelo governo João Pessoa. Em também, por divergências político-partidárias entre o presidente João Pessoa e o deputado estadual José Pereira de Lima – coronel “Zé Pereira”, maior líder político do sertão da Paraíba.

Volta à cena política na convenção nacional, em maio de 1937, obtendo o apoio da grande maioria dos governadores para sua candidatura a presidente da República nas eleições, então programadas, para 1938. Processo interrompido pelo golpe de 1937 que instalou a ditadura Vargas. Efetivamente, José Américo era o mais para vencer a eleição em 1938, caso tivesse ocorrido.

O desgaste da ditadura Vargas – o Estado Novo – a conjuntura política internacional, de fim da segunda guerra mundial com a vitória dos aliados contra o nazifascismo, tornou-se adversa aos governos ditatoriais. Inicia-se uma pactuação dentro das elites dirigentes para o fim do Estado Novo. A volta de José Américo à política em torno de julho de 1945 se deu na hora certa para a interrupção dos planos de continuidade de Vargas. Segundo José Américo, a entrevista que concedera ao jornal carioca *Correio da Manhã*¹⁰ teve o impacto de abolir com a censura, e “o prestígio de Vargas passou a ser abalado. Antes não havia política nenhuma, mas daí por diante houve debates e ele foi perdendo terreno” (CARMARGO, 1984, p. 307).

O ano de 1945 – fim do Estado Novo e eleição Presidencial –, seguido pela assembleia constituinte de 1946, foi um período de enorme mobilização política. José Américo volta ao destaque político apoiando Eduardo Gomes e na direção da União Democrática Nacional (UDN), se elegendo Senador em 1947, e governador da Paraíba em 1951. Em 1953, se licencia do cargo de governador (à época permitida) para assumir pela segunda vez o Ministério de Viação e Obras do Governo Federal, do segundo governo Vargas, dessa vez eleito. Com o suicídio de Vargas, retorna a Paraíba e ao cargo de Governador, continuando na política nacional e local, onde exerce sua influência nas disputas eleitorais municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão de democracia, contudo, é limitada ao *habitus* das *elites políticas* brasileiras, retratado na historiografia, na sociologia, na filosofia, na crítica literária e em outros campos da análise e reflexão científica da sociedade brasileira. A constatação de que as elites políticas brasileiras têm invariavelmente reproduzido práticas fundadas

¹⁰ O jornal *Correio da Manhã*, foi fundado por Edmundo Bittencourt, em 1901, e funcionou até 1974. Era um jornal que fazia crítica ácida às oligarquias e aos partidos políticos. Era conhecido pela contundência de seus editoriais e de suas matérias jornalísticas.

numa *mentalidade* ou num imaginário social e de dominação política apegada à exclusão social, à reprodução das desigualdades sociais. Nesse sentido, a democracia no Brasil é um espaço de disputas contínuas e desiguais, uma vez que contra a democracia ampla e inclusiva se opõem as forças políticas, econômicas e culturais das elites políticas representantes das classes dominantes.

José Américo de Almeida foi um reformista. E isso não é um demérito. O apoio ao golpe civil-militar de 1964 mostrou que, no limite, prevaleceu em sua conduta a força do *habitus*, a mentalidade autoritária das classes dominantes brasileiras que se coadunam com militarismo antipovo. Contudo, não pode apagar a figura do intelectual, homem público, formulador e gestor de políticas sociais, grande intelectual, e ficcionista talentoso: um monumento histórico.

REFERÊNCIAS

BRAULIO, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª. edição. São Paulo: Editora USP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRÁULIO, Pablo. O analfabetismo caiu no Brasil de 92% para 56% durante o Segundo Reinado? In: **PROJETO DETECTA**. Disponível em:

<https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/09/22/o-analfabetismo-no-brasil-caiu-de-92-para-56-durante-o-segundo-reinado/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BUENO, Luís. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: Editora da USP/Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política: Diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

GOMES, Maria Elena Santos. O romance moderno e o fluxo de consciência em Mrs. Dalloway. In: Revista Athena. V. 8, n. 1, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/1193> Acesso em 18 jul 2023.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, n. 14. pp. 108-194.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 24 jul. 2023.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MONTEIRO, José Marciano. A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. São Paulo: Editora LiberArs, 2016.

PANTOJA, Silvia. **ALMEIDA, José Américo de**. In: Verbete-biográfico. FGV/CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-jose-americo-de>. Acesso em: 12 Jun. 2023.

RAGO, Maria Aparecida de Paula; VIEIRA, Rosa Maria. **Escola de Recife**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESCOLA%20DO%20RECIFE.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao Vencedor as Batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.